

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

A PRESERVAÇÃO DAS AMBIÊNCIAS URBANAS EM UM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: UM BREVE OLHAR PARA NITERÓI

Gabriel Soares Da Costa (gabrielcosta@id.uff.br)

José Simões De Belmont Pessoa (jsbpessoa@id.uff.br)

Como preservar as ambiências urbanas em um contexto de emergência climática? No século XXI, a preservação do patrimônio cultural urbano enfrenta um duplo desafio: responder às pressões das mudanças climáticas e assegurar a continuidade das identidades coletivas que se materializam nas ambiências urbanas. Cidades costeiras, como Rio de Janeiro e Niterói, são impactadas pela elevação do nível do mar, inundações, ondas de calor e outros fenômenos que colocam em risco tanto os bens materiais quanto as dimensões imateriais que estruturam a vida urbana.

Neste sentido, a noção de ambiências urbanas permite compreender o patrimônio além da monumentalidade, valorizando as dimensões sensoriais e relacionais dos espaços (THIBAUD, 2018). Trata-se de reconhecer, na linha de Lefebvre (2006), que o espaço urbano é produzido na interação entre o concebido, o percebido e o vivido. Preservar uma ambiência significa, portanto,

manter vivos os lugares de memória (NORA, 1993), onde experiências coletivas e identidades se cristalizam. Esse entendimento, já presente em documentos internacionais como a Carta de Veneza (1964), foi ampliado no Brasil pela Constituição Federal de 1988, ao reconhecer o patrimônio cultural em sua natureza material e imaterial. Instrumentos como as Áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAU) em Niterói e as Áreas de Preservação do Ambiente Cultural (APAC) no Rio de Janeiro, expressam esse avanço ao proteger espacialidades que articulam paisagem, memória e identidade.

O estudo de caso de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, explicita os dilemas entre preservação, modernização e vulnerabilidade ambiental. Cidade marcada por longa trajetória histórica e por obras emblemáticas de Oscar Niemeyer, Niterói passou, desde o século XX, por intenso processo de verticalização e transformação da orla marítima. A criação das APAUs em 1992, e posteriormente incorporadas às ZEPACs em 2019, buscou frear a perda de referências urbanas e valorizar paisagens culturais singulares.

Nesse sentido, a escala local se conecta inevitavelmente à escala global. A experiência de Niterói dialoga com preocupações internacionais sobre o futuro das cidades e a necessidade de estratégias que conciliem memória, sustentabilidade e

qualidade de vida, em consonância com a perspectiva de cidades “vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis” (GEHL, 2013). Garantir a permanência dessas referências em um cenário de emergência climática é um desafio que transcende fronteiras nacionais e reforça a importância de articular políticas globais de preservação às práticas locais de planejamento urbano. Assim, discutir o patrimônio cultural em Niterói contribui para refletir sobre a urgência de estratégias de preservação que incorporem a dimensão ambiental às práticas de salvaguarda cultural. Mais do que conservar edifícios ou conjuntos arquitetônicos, trata-se de assegurar a continuidade das ambiências urbanas e das experiências coletivas que dão sentido à vida nas cidades.

Palavras-chave: emergência climática; patrimônio cultural; ambiência urbana; niterói.